



Da urgência da memória sobre a imprensa: o caso das gazetas do padre Eusébio

José Cristian Góes¹

Universidade Federal de Sergipe

Resumo: Este artigo propõe discutir a urgência da memória para a história da imprensa, um campo de pouco prestígio e que sofre um permanente descaso diante da não preservação e até ataque aos arquivos. Avaliamos que essa é uma ação política assentada em algumas variáveis. Nesse trabalho, apresentamos dois: o acolhimento acrítico das poucas obras sobre a história da imprensa, conformando assim verdades inquestionáveis, e o percurso histórico de censuras que assegura o memorável e busca impedir a emergência de outras histórias. Para ilustrar essa discussão, apresentamos um caso em torno da fundação da imprensa em Sergipe, consolidada pela história oficial como sendo em 1832, pelas mãos do monsenhor Silveira. Todavia, encontramos registros de folhas noticiosas em Sergipe nos primeiros anos de 1700, as gazetas do padre Eusébio.

Palavras-chave: imprensa; história; memória; Sergipe; Eusébio.

1. Descaso com a memória

Sociedades nacionais colonizadas/exploradas, como foi o Brasil, têm percursos históricos comuns de apagamento e manipulação de memórias. É uma ação política que tenta negar o passado da violenta relação com as terras e as gentes, a partir de narrativas ufanistas que ocultam o que efetivamente ocorreu. A destruição de arquivos nesses lugares, por ação direta ou descaso, é parte dessa estratégia do controle sobre a memória.

¹ Pesquisador no Laboratório de Jornalismo (UFS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Comunicação e Sociabilidade na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: cristiangoesdf@gmail.com



Arquivos impressos e audiovisuais, materialidades da imprensa e potências críticas para a memória, também sofrem ataques, desde o não arquivamento até o descaso com o que restou, principalmente em cidades com frágeis políticas culturais. Na medida em que colabora na construção de uma história particular do cotidiano, os registros pela imprensa podem ser vitais para compreender os percursos narrativos das sociedades.

Além de comprometer a possibilidade de repensar o passado e o presente, o descaso destrutivo com as materialidades noticiosas impõe o sepultar da própria história da imprensa. Talvez isso explique as poucas obras no Brasil e, mesmo assim, algumas têm forte apelo oficial, construídas a partir da ótica dos donos das organizações. Na prática, a dedicação ao estudo da história da imprensa transita em terreno de reduzido prestígio².

Na medida em que olhamos as histórias da imprensa local, esse quadro de pouca atenção e ataque se agrava. Além das poucas e oficiais narrativas, elas são obras antigas que trazem verdades históricas, sempre repetidas. Esse é o caso da imprensa em Sergipe, onde há uma história que clama por investigações e novas interpretações do passado.

Em Sergipe, arquivos municipais praticamente desapareceram. Os poucos espaços de resistência do patrimônio histórico sofrem com a falta de estrutura adequada, de recursos e pessoal. Um dos resultados desse descaso é a produção diminuta sobre a história da imprensa em Sergipe. Não se tem um livro que trate desse tema de modo mais completo. Existem três obras importantes que pedem análises críticas: *Jornaes, Revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908*, de Armindo Guaraná, de 1913; *Fragments da História de Sergipe*, de Sebrão Sobrinho, de 1972; e *Imprensa sergipana*, de Acrísio Torres, de 1993, em que o autor privilegia os jornais da cidade de Estância. Destacam-se ainda os trabalhos de Ibarê Dantas em *Imprensa operária em Sergipe (1891-1930)*, de 2016, e *História de Sergipe*, de 1989, de Maria Thétis Nunes.

No que pense o esforço de alguns pesquisadores das duas universidades locais, o quadro geral é de uma desatenção naturalizada diante muitas histórias ditas e não ditas. Thétis Nunes (1994) revela que, entre 1833 a 1889, Sergipe teve 134 jornais. Muitas das gazetas serviam ao governo e eram porta-vozes de partidos, mas também havia impres-

² É preciso ressaltar meritórios trabalhos, como *História da Imprensa no Brasil*, de Werneck Sodré, de 1966; *Jornal, História e Técnica*, de Juarez Bahia, de 1964; *Imprensa e História no Brasil*, de Maria Helena Capelato, de 1988; *História Cultural da Imprensa*, de Marialva Barbosa, de 2010, além de outras.

sos satíricos, subversivos, eróticos, literários. O grave é que muitos desses jornais foram perdidos, não há edições preservadas, apenas relatos de que existiram.

A partir da urgência da história da imprensa, vamos discutir nesse artigo a força na construção de uma memória que pode garantir mais apagamentos e esquecimentos do que o lembrar. Essa é uma ação política com várias vertentes de discussão. Nesse trabalho, vamos trazer duas: a força histórica para o memorável e que conforma uma história tida como verdadeira, e a censura como um modo de construção desse não dizer sobre os acontecimentos do passado.

Utilizando o método de pesquisa histórica, mais especialmente a partir do Paradigma Indiciário de Ginzburg (2007), vamos trazer o caso das gazetas do padre Eusébio, que teria sido impressas no início dos anos 1700 em Sergipe. Contudo, a história oficial não registra essa “aventura”, assegurando para uma memória que se repete sem maiores questionamentos que o primeiro jornal ali é de 1832. Será que não existiu nenhuma folha noticiosa, nem mesmo manuscrita e clandestina, antes de 1832?

2. A verdade do primeiro jornal

O que se conhece é resultado de seleções políticas daquilo considerado memorável. O reflexo disso é a história consolidada como verdadeira, o *todo* de fatos e personagens irrefutáveis. Por exemplo, na história da imprensa em Sergipe, a verdade é que o primeiro jornal foi o *Recopilador Sergipano*, uma gazeta impressa na Vila de Estância, em 1832, de propriedade do monsenhor Antônio Fernandes da Silveira, também o dono da primeira tipografia, a *Typographia de Silveira, e C.*

Na historiografia tradicional não existem dados e notícias de que antes de 1832 tivesse existido outra tipografia e, por consequência, nenhum produto impresso. Não há informações de panfletos nem de folhas noticiosas, mesmo que manuscritas, produzidas em Sergipe antes do jornal do monsenhor. Chama atenção que Sergipe fica independente da Bahia em 1820 e há um hiato de 12 anos sem nenhuma produção impressa na nova província até 1832. Nenhuma gazeta, mesmo que clandestina, foi produzida ali?

Ao vasculhar a história, encontramos *rastros e restos* (GINZBURG (2007) que podem questionar a verdade sobre o primeiro jornal sergipano. Entretanto, antes de tra-

zê-lo, é necessário compreender a força da condição memorável, de uma verdade histórica em torno do *Recopilador Sergipano* e do seu dono.

Guaraná (1913), Costa Filho (1920), Sobrinho (1947), Nunes (1994) e outros trazem os mesmos dados sobre o monsenhor Silveira. Ele nasceu em Estância, em 1795. Aos 23 anos, foi para o seminário em Salvador. Em 1820, recebeu as ordens de presbítero do hábito de São Pedro e, em seguida, de cônego honorário da Sé Metropolitana. Também em 1820, seu irmão, Manuel da Silveira, militar fiel a dom Pedro I, foi nomeado presidente da Província de Sergipe, o que motivou o monsenhor a retornar para Estância, onde inicia seus empreendimentos na política, economia e imprensa.

Diz Guaraná (1913, p. 44 [conforme ortografia da época]) que o monsenhor Silveira adquiriu um maquinário de impressão para “montar na outrora constitucional villa da Estancia um modesto prélo, em que se imprimiu em Setembro de 1832 o primeiro jornal da provincia – ‘O Recopilador Sergipano’”. O jornal circulava às terças-feiras e aos sábados, com quatro páginas. Além do monsenhor, também eram redatores Carvalho Lima Junior, o padre José Alves Pitangueira e o professor Joaquim Mauricio Cardoso. O *Recopilador Sergipano* anunciava correspondentes nas vilas de Laranjeiras (Antônio José da Silva Travassos), Santo Amaro (Jose Pinto de Carvalho) e Maruim (padre Joaquim de Campos). O jornal era impresso na *Typographia de Silveira, e C*, e a inscrição “e C” indica “e companhia”, o que sugere que se tratava de uma sociedade.

O *Recopilador Sergipano* copiava notas do baiano *A Idade D’Ouro* e do jornal do Rio de Janeiro, *Aurora Fluminense*. Na prática, a gazeta do monsenhor Silveira era um “diário oficial” da Província de Sergipe e defensor da monarquia.

Além de fundar o “primeiro jornal”, Antônio da Silveira criou o primeiro partido político, o *Lusia*, ou o Partido Legalista (luso), apelidado por opositores de “rapina”. Os serviços prestados pelo monsenhor ao Império e a Regência lhe renderam a presidência do Conselho Geral da Província de Sergipe, a primeira Assembleia Legislativa. Antônio da Silveira também foi deputado por Sergipe na Câmara dos Deputados em três legislaturas. Exerceu ainda o cargo de secretário de Governo na Província do Piauí e foi deputado. Lá, também é considerado fundador da imprensa, com *O Piauiense*, em Oeiras, a então capital. O monsenhor morreu em Itapicuru, na Bahia, em 30 de janeiro de 1862.

O objetivo de trazer esses dados sobre Antônio Fernandes da Silveira é chamar a atenção de que o título de fundador da imprensa local se repete como verdade inconteste. Essa narrativa tem carga simbólica, algo a ser lembrado, o que pode indicar, por outro lado, o esquecer de iniciativas anteriores ou mesmo paralelas ao que fez o monsenhor, mas que não tiveram lastros de importância política, social, cultural.

Poderia ter ganhando *status* histórico de fundador da imprensa em Sergipe um indígena, um negro, uma mulher, um intelectual opositor do Império? Uma gazeta clandestina, subversiva, impressa ou mesmo manuscrita, teria a força para fundar a imprensa em Sergipe? Esse tipo de publicação disputaria em que patamar a história memorável com um jornal alinhado à Corte e de propriedade de um religioso, deputado e irmão do presidente da província?

Em resumo, o que se sabe e se repete é que o monsenhor Silveira, segundo Guarani (1913, p. 44-45) se destacava “pela grandeza de suas acções”; era “figura histórica”; o “criador do jornalismo sergipano (...) a quem fôra difficil exceder em dedicação e patriotismo”; “os saltares effeitos da feliz iniciativa do Monsenhor Silveira não se fizeram demorar e esse seu unico feito por si só o sagraria benemérito (...) digno da veneração dos sergipanos”. Diz Costa Filho (1920, p. 67), que o monsenhor “é uma das figuras mais brilhantes e preclaras do passado sergipano”.

Não se discute os predicados do “fundador da imprensa” de Sergipe e nem a veracidade dessas informações. O que se propõe é estimular buscas críticas sobre as histórias que foram ditas e, principalmente, sobre aquilo que pode ainda não ter sido dito.

3. A censura como construtora da história

Depois da condição histórica e política sobre o fundador do primeiro jornal e que molda o que se conhece, partamos para o segundo aspecto que, na base, também constrói a história tradicional na medida em que apaga vozes discordantes do tom oficial.

A proibição de impressões no Brasil Colônia e a censura para instalar tipografias no Império resultaram em uma memória que não acolhe outras experiências de imprensa, sejam elas de tipografias clandestinas sejam produções de folhas noticiosas manus-

critas. Destaque-se que a história da imprensa somente passa a ser considerada a partir das tipografias, um equívoco que já registrou Marialva Barbosa (2010, 2016, 2017).

Lembra Werneck Sodré (1977), que as impressões de livros e jornais em Portugal, desde 1576, eram submetidas a três censuras: ordinária, da inquisição e a régia, essa última exercida pelos desembargadores do Paço. Em 1768, esse sistema foi substituído pelo Marquês de Pombal pela Real Mesa Censória. “Ora, se na metrópole feudal essas eram as condições, fácil é calcular quais seriam as que imperavam na colônia escravista” (SODRÉ, 1977, p. 12). Como se sabe, até 1808 nada poderia ser impresso no Brasil.

Entretanto isso não é totalidade. O próprio Sodré (1977) apresenta iniciativas de instalação de maquinários para impressão em plena colônia portuguesa no século XVIII, o que esse autor chamou de “sacrilégio da imprensa”. Ele traz dois episódios marcantes. Em Recife, em 1706, foi instalada uma tipografia para “impressão de letras de câmbio e orações devotas”. Essa ação foi descoberta e a metrópole mandou “sequestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais de tipografia” (SODRÉ, 1977, p. 20). Não se tem detalhes, mas se sabe que essa tentativa foi duramente liquidada.

Outro “sacrilégio” ocorreu em 1746, no Rio de Janeiro. Um antigo impressor em Lisboa, António Isidoro da Fonseca, transferiu-se para a colônia e na sua bagagem trouxe material tipográfico suficiente para montar uma impressora no Rio. Logo que colocou o maquinário para funcionar, imprimiu alguns trabalhos, mas metrópole, ao saber da tipografia, mandou “aboli-la e queimá-la, para não propagar ideias que podiam ser contrárias aos interesses do Estado” (SODRÉ, 1977, p. 21). A Ordem Régia de 1747 era clara: não imprimir livros, obras ou papéis alguns avulsos “sob pena de que, fazendo o contrário, seriam remetidos presos para o Reino para se lhes impor as penas em que tivessem incorrido” (SODRÉ, 1977, p. 21).

A proibição mais rígida de impressões no Brasil se estendeu até que a família real desembarcasse na Colônia. Na capital, monta-se uma tipografia, dela saindo a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em setembro de 1808. Antes dela, porém, circulava clandestinamente o *Correio Brasiliense*, que Hipólito José da Costa imprimia em Londres.

A instalação da tipografia real no Rio de Janeiro não implicou o fim da censura. Era permitido se montar oficinas de impressão, mas tudo deveria passar pelo crivo da Corte. Prova disso é a decisão de 24 de junho de 1808, que criava a junta na administra-

ção da Imprensa Régia, composta por frei António de Arrábida, padre João Mazoni e José da Silva Lisboa, que deveria, segundo diz Sodré (1977, p. 23), “examinar os papeis e os livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”.

O resultado da censura é que somente em 1811 se tem o segundo jornal liberado para a impressão no Brasil, *A Idade D’Ouro*, na Bahia. Essa gazeta “era impressa na oficina de Silva Serva, escrita pelos portugueses bacharel Diogo Soares da Silva e padre Inácio José de Macedo” (SODRÉ, 1977, p. 34).

Em resumo, tem-se um longo percurso que vai da completa proibição de circulação de livros, jornais e de outros materiais na Colônia até a manutenção da censura no Império, na medida em que somente as tipografias e impressos poderiam existir se passassem pelo crivo dos censores. A censura é base da história da imprensa no Brasil.

Entretanto, nessa trajetória, é preciso observar fissuras que devem ser investigados. O próprio Sodré (1977) traz episódios de impressões feitas em tipografia na Colônia, mesmo se desafiando as proibições. Marialva Barbosa (2017, 2016, 2010), por sua vez, revela experiências noticiosas que quase não são estudadas: jornais manuscritos e que conviviam com impressos. Ela chama a atenção de que narrar a história da imprensa somente a partir das prensas, dos maquinários, pode apagar iniciativas comunicacionais e noticiosas que também foram importantes.

Barbosa (2017) encontrou na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, duas dezenas de periódicos qualificados como jornais “insólitos”, todos produzidos à mão. Tratavam-se de gazetas artesanais, de curta duração, com conteúdos satíricos, difamadores, eróticos, jornais que podiam se “multiplicar diante de dezenas de olhares, já que seus idealizadores, não raro, fixavam-nos em locais públicos” (BARBOSA, 2017, p. 9).

Outros autores, como Bahia (1964) e Capelato (1988), também contribuem para revelar tentativas noticiosas no Brasil, mesmo que clandestinamente. Como esses relatos são poucos, e algumas gazetas eram manuscritas, quase nada é elevado à categoria de um marco histórico memorável, o que mantém incensada a afirmação de que a história da imprensa no Brasil começa somente em 1808. A vinda da Corte, insiste Barbosa (2017, p. 10) deixa “à mostra gestos existentes no Brasil Colonial e que expressam a

concomitância das três ordens de comunicação: oral, manuscrita e impressa”. Entretanto, como vimos, é a ordem impressa que ganha a memória conhecida e repetida.

Esse é o mesmo processo da categórica afirmação de que a imprensa em Sergipe é de 1832, com a tipografia do monsenhor Silveira e com o *Recopilador Sergipano*. Não houve tentativas de imprensa em Sergipe antes de 1832? É nesse sentido que a força da censura, aliada a construção da narrativa histórica oficial, a partir das prensas e da produção de vultos, conformam uma verdade que parece incontestável. Todavia, insistimos, sempre há brechas e rastros. Não há história completamente encerrada.

4. As gazetas do padre Eusébio

Ao explorar as referências consolidadas da história de Sergipe e os raros trabalhos sobre a imprensa local, não se acham dados sobre tipografias e jornais, mesmo que manuscritos, antes de 1832. Entretanto, vestígios como potência sempre pedem trânsito. No texto “A epopeia dos 200 anos da imprensa (II)”, de 2008 em um *site* local, o pesquisador Luiz Antônio Barreto traz informações da história da imprensa em Sergipe. Ele reforça a versão sobre o fundador e o seu jornal, porém, revelou o seguinte enxerto:

Um parêntesis: No passado mais remoto, por volta dos anos de 1730/1740, houve uma tentativa de organização de uma tipografia em Sergipe, chegando a ser publicadas umas “gazetas”, consideradas infamantes e subversivas, atribuídas ao padre Eusébio Dias Laços Lima, da vigararia de Itapicuru de Cima, agregado a Freguesia de Lagarto. *Tais publicações foram citadas em processo no Conselho Ultramarino*, que envolveram o sacerdote por ter declarado o Brasil – especialmente Sergipe e Alagoas – Império livre, distribuindo cartas de nobreza com seus seguidores. Fecha o parêntesis. (BARRETO, 2008, s/p. Grifos nossos)

Essas são as máximas informações em todo texto sobre o padre Eusébio e a tentativa de montar uma tipografia em Sergipe, chegando-se a publicar gazetas “infamantes e subversivas” entre 1730/1740.

Em fevereiro de 2011, em outro texto, Barreto volta a repetir a narrativa sobre o padre Eusébio, ao tratar da “Saga dos Vieira” na cidade de Lagarto. Em março de 2011, esse mesmo autor volta a citar o padre Eusébio no texto “Sergipe e o Conselheiro (VI)”, onde narra a passagem de Antônio Conselheiro em Itapicuru e em terras sergipanas. Em

Itapicuru agia o padre Eusébio, que teria instituído o “império livre” nos anos de 1700. O detalhe nos textos de Barreto é a inexistência de referências bibliográficas.

Em busca dessas referências, deparamo-nos com um texto de Acrísio Gonçalves de Oliveira (2018), também em *site* de notícias. Ele desenvolve a narrativa sobre o surgimento da imprensa em Sergipe, com destaque dos jornais na Estância, especialmente o *Recopilador Sergipano*. No texto, Oliveira também trouxe, de modo resumido, a narrativa sobre o padre Eusébio e a “aventura” gazeteira nos sertões da Bahia e Sergipe. Nesse material também não há referências bibliográficas.

Entretanto, seja nos escritos de Barreto (2008 e 2011) seja no de Oliveira (2018) existem frestas que estimularam maiores investigações sobre o padre Eusébio e as suas gazetas. O primeiro autor cita processos do “Conselho Ultramarino”. O segundo informa que a aventura gazeteira fora publicada pelo redator da *Gazeta de Lisboa*, José Freire. Com isso, realizamos buscas para atestar, ou não, a existência desses documentos.

De fato, esse material existe, é oficial e, ao examiná-lo, pode-se sugerir indícios de que ocorreu em Sergipe, nos primeiros anos de 1700, uma experiência noticiosa antes do *Recopilador Sergipano*. Essa façanha foi mesmo atribuída ao padre Eusébio Dias Laços de Lima, “Parocho da Igreja de N. Senhora de Nazareth de Itapocoru de Cima”, na então Vila de Lagarto.

Esses registros trazem rastros sobre um modo de “impressão” noticiosa em Sergipe 130 anos antes da tipografia do monsenhor Silveira. Nas buscas, também surgiram trabalhos acadêmicos e outros dois documentos sobre o assunto: um de 1881, *Ephemerides Nacionaes*, publicado na *Gazeta de Notícias*; e o outro é uma nota de *A Província*, do Recife, de 2 de agosto de 1906, que traz informações sobre o padre Eusébio.

5. “Os orizes conquistados”

Um documento que traz informações detalhadas sobre o padre Eusébio junto aos indígenas nos sertões da Bahia, Sergipe e Alagoas, é uma grande reportagem de 1715, assinada pelo redator da *Gazeta de Lisboa*, Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas. Esse material recebeu o título de: *Os orizes conquistados notícia da conversam dos indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamen-*



te reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portugueza” (conforme grafia original). Ainda na capa, sobre os indígenas, duas relevantes informações: “descreve também a aspereza do sitio da sua habitação, a cegueira da sua idolatria, & barba-ridade dos seus ritos”. O trabalho é dedicado ao “Sereníssimo Príncipe do Brasil Nosso Senhor”.

Joseph Freyre apresenta minuciosa narrativa sobre indígenas, carregando nas tintas sobre a descrição de seus perigos e ferocidades, da sua ação contra o avanço da cruz e da espada do império português. Ele traz o relato da violenta ação europeia pelo controle das terras, seja para a criação de gado seja para a exploração de minas, e também noticia a resistência indígenas à escravização. O texto classifica os nativos como inimigos de Portugal, seres “inconquistáveis”, sendo o único destino o extermínio. É aqui que entra o padre Eusébio e a catequese para amansar os indígenas e transformá-los em dóceis cristãos e fies colaboradores da Coroa.

A longa reportagem sugere que o padre Eusébio, com habilidade surpreendente, consegue esse objetivo; unifica tribos, batiza nativos e permite o controle das terras pelo império. Joseph Freyre deixa claro que a rendição indígena somente foi possível porque o padre fez acordos com colonos e índios, principalmente reconhecendo “reinados” dos chefes dos nativos. A narrativa em *Os orizes conquistados* conclui que a empreitada do padre Eusébio consolidou a presença do império naquela região, resultando no batismo de 3.700 pessoas, entre homens de armas, mulheres, velhos e crianças.

No documento em questão não existem controversas sobre a atuação do padre, ao contrário, ele é louvado por Joseph Freyre em razão de ter prestado imensos serviços ao Império de Portugal no Brasil. Não há insinuações de que ele, em razão de sua liderança entre nativos e colonos, teria declarado aquela região um “império livre”, nem que teria imprimido gazetas. Mas essa narrativa mudou um ano depois de sua publicação.

6. “Enganara o povo imprimindo em gazetas os seus embustes”

Em 1716, o nome do padre Eusébio reaparece, mas desta vez em um processo do Conselho Ultramarino de 26 de novembro daquele ano. Esse documento, que consta do

Arquivo Histórico em Lisboa, foi reproduzido pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1952. Nele, há um desfecho surpreendente sobre as “aventuras” do religioso.

Em resumo, o parecer do Conselho Ultramarino diz que o padre Eusébio encaminhou requerimento à Corte em que informa ter conseguido a “paz e conversão dos índios orizes-procazes, gentio de corso, os quais não tinham sido nunca conquistados fazendo grandes hostilidades aos vassallos de Vossa Majestade”. No documento, o religioso repete os dados que Joseph Freyre: batizou 3.700 índios que, agora, estavam sujeitos a obediência à monarquia. Então, o padre sugere que “Vossa Majestade os tomasse debaixo da sua real proteção, repartindo-lhes terras em que pudessem viver”. Junto com o requerimento, o padre Eusébio anexou um atestado do ouvidor geral da Bahia que comprovaria sua ação para apaziguar os índios e reduzi-los à fé cristã.

Ao final do requerimento, o padre pede que, em razão de tudo que fez, ele fosse nomeado pároco e administrador da povoação, mas para isso deveria receber a “côngrua” (recursos financeiros) com que pudesse se sustentar e gerir a multidão de almas. Também pediu que seu irmão fosse nomeado capitão-mor.

O Conselho Ultramarino desconfiou do padre, da conversão dos índios, e ordenou que o marquês de Angeja, vice-rei e capitão geral do Estado do Brasil, verificasse aquelas histórias. O vice-rei não foi aos sertões, recorrendo a pessoas próximas da vigaria de Itapicuru, procurando saber sobre o padre Eusébio. Segundo as testemunhas ouvidas, as informações do religioso eram falsas, não passando de embustes com único objetivo de enganar o rei. Assim, conclui o conselho que

Êste clérigo é um grande mentiroso e embusteiro, por tal está convencido pelas testemunhas e atestações e que agora remetia o vice-rei, e o que mais era que não só mentira a Vossa Majestade, mas também *enganara o povo imprimindo em gazetas os seus embustes* e cometera o crime de falsidade, usando de testemunhas falsas” (Conselho Ultramarino, 1716) (grifos nossos).

O conselho, então, pede que o padre Eusébio “seja asperamente castigado para que sirva de exemplo (...) esta ousadia e falsidade era digna de um exemplar castigo”.

De fato, as narrativas em torno desse religioso precisam de maiores estudos. Interessa-nos, por hora, constatar de que existe, em um documento oficial das histórias de Portugal/Brasil, o dado objetivo de que um religioso, segundo consta em um processo

do Conselho Ultramarino, teria engando “o povo imprimindo em gazetas os seus embustes” nos primeiros anos de 1700, em Sergipe.

Para Barreto (2011), na medida em que a Coroa portuguesa não reconheceu os enormes feitos do padre Eusébio, esse religioso, marcado e perseguido, teria passado a publicar “volantes” clandestinas, identificadas pelo Conselho Ultramarino como “gazetas fabulosas”, com o objetivo de espalhar a revolta contra o império português. Padre Eusébio foi acusado de implantar um império independente nos sertões da Bahia, Sergipe e Alagoas; de ter reconhecido príncipes indígenas; de conceder títulos de nobreza a colonos e indígenas; de distribuir terras entre moradores da povoação; e tudo isso teria produzido em torno dele uma legião de fies.

Por volta de 1725, o padre e um indígena, príncipe dos orizes, foram presos, enviado à Pernambuco e interrogados pelo governador Duarte Sodré Pereira. Apesar de várias testemunhas negarem as acusações contra o padre, das cartas e documentos apresentados mostrarem que as informações do religioso eram verdadeiras, eles foram condenados. Sobre o príncipe dos orizes, o que se sabe pelos documentos é que foi mandado para Portugal, mas não se tem notícia se lá chegou. Do padre Eusébio, não há informações, nem qual foi sua punição nem aonde foi parar.

7. Notas na *Gazeta de Notícias* e em *A Província*

Outras duas publicações reforçam as controversas sobre o padre Eusébio. A primeira é de 1881, intitulada de *Ephemerides Nacionaes*, publicada na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Em volumosa coleção de fatos, surge: “Eusebio Dias Lassos. V. Impostor das Alagôas”. Lá, revela-se que, em 1735, fora remetido para Lisboa, “com a respectiva devassa”, um pretendido príncipe que apareceu em terras alagoanas, pertencentes à capitania de Pernambuco. Esse monarca, diz a publicação, andava “acompanhado de um padre de vida desregrada de nome Eusebio Dias Lassos”. Segundo o jornal, o religioso era uma espécie de secretário do suposto príncipe dos orizes.

A *Gazeta de Notícias* revela que os dois vendiam títulos de condes e marqueses. Quando maior o pagamento, maior o título de nobreza. Em virtude disso, os dois foram presos como impostores. Depois, informa a nota, não se sabe qual o destino deles.

Em 2 de agosto de 1906, o jornal *A Província*, órgão do Partido Liberal em Recife, publica na capa uma nota. Ela trata do padre Eusébio e as “aventuras” nos sertões, que o jornal apenas identifica como os de Alagoas. Além de confirmar grande parte dos dados dos documentos apresentados aqui, o jornal não traz a acusação de “impressão de gazetas” atribuídas ao padre. Segue um trecho da nota:

Em 1733 appareceu na comarca de Alagoas, capitania de Pernambuco, um individuo que se agraciara com o titulo de principe do Brasil. As funções de chanceller ou ministro desse monarcha de comedia eram exercidas por um padre sem escrupulo, o reverendo Eusebio Dias Lasso. O principe, no desempenho das altas prerogativas de sue cargo, occupou-se a fazer condes e marquezes em troca de quaesquer som-mas. Quem mais dinheiro lhe dava, mais elevado galardao de nobreza recebia. (*A Província*, 1906, capa, conforme ortografia da época).

Os relatos do redator da *Gazeta de Lisboa* em *Os orizes conquistados*; o parecer do Conselho Ultramarino sobre a atuação do padre Eusébio; as notas publicadas na *Gazeta de Notícias* e em *A Província* são indícios que devem ser aprofundados, especialmente sobre acusação de que padre “enganara o povo imprimindo em gazetas os seus embustes”. É possível considerar que a palavra “imprimindo” não necessariamente indique a existência de maquinário tipográfico, mas a possibilidade de ser resultado de folhas noticiosas manuscritas.

8. Convite permanente à investigação

O percurso proposto nesse trabalho pode ser resumido em um convite à investigação sobre uma área de pouco destaque: a história da imprensa, de modo especial, da imprensa local. Os resultados desse equívoco são a frágil análise dos processos jornalísticos do presente e a incapacidade de projeções; a repetição acrítica de acontecimentos do passado; o impedimento à memória e o triunfo do esquecimento. As materialidades da imprensa, fundamentais na construção da história geral, deveriam ser objetos de amplo escrutínio para ajudar a revelar as narrativas sobre a própria imprensa.

No caso da história da imprensa em Sergipe, advogamos a urgência de ação em razão das poucas materialidades existentes. As pesquisas também devem ser lugares de disputa pela preservação da memória, contra a destruição e o apagamento. O descaso

com jornais e revistas e o quase que completo desprezo com arquivos de rádio e tv apagam inúmeras possibilidades de histórias. Os prejuízos são irreversíveis em muitos casos.

Além do apagamento direto, um dos reflexos desse descaso é a tendência à repetição de histórias tradicionais e consolidadas como únicas e verdadeiras. Tratamos apenas de um exemplo que pode indicar o muito na história da imprensa em Sergipe que ainda não foi dito: Parece definido que o marco fundador dessa história é 1832, quando foi impresso o *Recopilador Sergipano*, façanha memorável atribuída ao monsenhor Silveira.

Entretanto, sabe-se que em 1590 se iniciou as primeiras invasões europeias em terras de *Sergipe El-Rei*; que nos séculos XVIII e XIX, no Brasil, ocorreram tentativas de impressões, mesmo desafiando a proibição da Corte; que antes e depois de 1808 circulavam folhas noticiosas impressas e manuscritas, também de maneira clandestina; que Sergipe se liberta da Bahia em 1820, mas o primeiro jornal impresso somente surge em 1832. Do início da povoação até a notícia sobre o primeiro jornal em Sergipe foram 242 anos sem nenhum registro de experiência noticiosa em Sergipe.

A historiografia tradicional não indica essa possibilidade, mas sempre há brechas por onde se pode indiciar outras histórias. No artigo, apresentamos quatro documentos que tratam da existência do padre Eusébio Dias Laços de Lima, que atuava em Sergipe. Esse religioso, depois de estabelecido contato com os indígenas orizes, nos sertões de Bahia, Sergipe e Alagoas nos primeiros anos de 1700, e de ter realizado acordos com nativos e colonos, foi acusado de implantar um império livre na região e de ter enganado o povo “imprimindo em gazetas os seus embustes”. Se imprimiu em gazetas, isso se deu 130 anos antes do *Recopilador Sergipano* do monsenhor Silveira. Sugerimos que as histórias em torno do padre Eusébio não se tornaram memoráveis por ação política de disputa da memória, que impõe a verdade sobre o “fundador” da imprensa em Sergipe.

Não tratamos as história que envolveram o padre Eusébio e nem as narrativas que constam nos documentos sobre ele como a verdade. Sugerimos, porém, a existência na história da imprensa em Sergipe de indícios que são como janelas e portas que precisam ser abertas para maiores estudos, visto que nada está absolutamente encerrado e que há muito ainda a ser dito.

Referências

- ARAUJO, Acrísio Torres. **Imprensa Sergipana**. Brasília: gráfica do Senado, 1993.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo, Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva C. **Os manuscritos do Brasil: uma rede de textos no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.
- BARBOSA, Marialva C. **Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- BARBOSA, Marialva C. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARRETO, Luiz Antônio. **A epopéia dos 200 anos da imprensa (II)**. 18 abr, 2008. Disponível em <https://infonet.com.br/blogs/a-epopeia-dos-200-anos-da-imprensa-ii/>
- BARRETO, Luiz Antônio. **A saga dos Vieira**. 3 fev, 2011. Disponível em <https://infonet.com.br/blogs/a-saga-dos-vieira/>
- BARRETO, Luiz Antônio. **Sergipe e o conselheiro (VI)**. 16 mar, 2011. Disponível em <https://infonet.com.br/blogs/sergipe-e-o-conselheiro-vi/>
- COSTA FILHO, J. **O fundador da imprensa sergipana**. Aracaju: Revista do Instituto Histórico de Sergipe, nº 5, 1920.
- CURIOSIDADES históricas. **A Província**, Recife/PE, dia 02, agosto de 1906.
- DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico: In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Jornaes, Revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908**. Aracaju, 1913.
- GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **O primeiro Jornal de Sergipe de 1932: Antônio Fernando da Silveira, Monsenhor**. Aracaju: Revista do Instituto Histórico de Sergipe, nº 11, 1913. Estado de Sergipe: jornais, revistas e outras publicações de 1932 a 1908. Aracaju: Revista do Instituto Histórico de Sergipe, nº 2, 1908.
- MASCARENHAS, Joseph F M., 1867 [1716]. Os orizes conquistados. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 30:494-512

NUNES, Maria Thétis. A contribuição da imprensa à história da Província de Sergipe. **Revista da Academia Sergipana de Letras**, Aracaju, p. 111-120, 1994.

OLIVEIRA, Acrísio Gonçalves de. **O Jornal da Vila do Monsenhor – V** – 11 jan, 2018. Disponível em <http://folhadaregiaonline.com.br/?p=noticia&id=2485>

RIBEIRO, Núbia Braga. Modos de viver e modos de guerrear: Resistência Indígena no Sertão Colonial. **Revista Tempos Gerais**, v. 3, n. 1, 2014.

SOBRINHO, Sebrão. **Laudas da história do Aracaju**. 2 ed. Aracaju, 2005.

SOBRINHO, Sebrão. **Monsenhor Silveira o Fundador da Imprensa**. Aracaju: Regina, 1947.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil** (4ª ed.) Rio de Janeiro: Mauad, 1999.